

Elementos para participação brasileira na Cúpula Demográfica de Budapeste

Em nome do Presidente Bolsonaro, agradeço a Hungria pela importante iniciativa de organizar evento de alto nível para tratar dos desafios apresentados pelas atuais tendências demográficas. É uma honra para o Brasil participar deste debate sobre temas atuais e urgentes para o futuro de nossos povos.

Assim como diversos países representados neste encontro, o Brasil tem a importante tarefa de lidar com as significativas mudanças na estrutura familiar ocorridas nas últimas décadas, a redução do crescimento populacional, o envelhecimento da população e o aumento dos movimentos migratórios, entre outros desafios.

A população brasileira é de 210 milhões de habitantes, com estimativa de crescimento populacional ao ano de 0,8%. Essa taxa de crescimento tem-se reduzido continuamente. Estima-se que a população brasileira deverá chegar ao ápice entre 2045 e 2050, quando começará a diminuir. Atualmente, o número de jovens já é o maior da história do país. Estamos, de fato, no auge da nossa juventude. O governo brasileiro deve aproveitar esse bônus demográfico para implementar políticas públicas com o objetivo de preparar-se para essa nova realidade.

A taxa de fecundidade do Brasil atualmente é de 1,7, ou seja, já se encontra abaixo do nível de reposição populacional. A queda da fecundidade é atribuída

à redução da mortalidade, combinada com o maior acesso à informação e à cobertura universal do serviço de saúde.

O Brasil tem, igualmente, observado o envelhecimento de sua população. O governo brasileiro busca adaptar-se à nova realidade: uma de suas prioridades é a reforma da previdência social. Há cerca de 29 milhões de idosos no Brasil, o que representa aproximadamente 14% da população. O número absoluto de idosos deve dobrar nas próximas duas décadas e alcançar 60 milhões entre 2040 e 2045.

Com vistas a lidar com esses desafios, foi criado o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que conta no seu organograma, entre outras áreas, com a Secretaria Nacional da Família e com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. O foco especial na família pretende fortalecer sua estrutura e as relações intrafamiliares, sempre mantendo sua liberdade e autonomia. A preocupação não é apenas conceitual, mas visa enfrentar desafios concretos, considerando as circunstâncias socioculturais e econômicas diferentes, com atenção especial às famílias vulneráveis. Quanto aos direitos da pessoa idosa, além do exemplar programa de promoção do envelhecimento saudável, o governo tem buscado promover não apenas o bem-estar material do idoso, mas também a solidariedade intergeracional como tributo e reconhecimento, e como fonte de aprendizado e experiência.

O Brasil reconhece o importante papel das famílias na promoção e proteção dos direitos humanos. O Brasil considera que é necessário proporcionar um

ambiente familiar saudável, de modo a garantir um local seguro para as mulheres e crianças e para poder combater e prevenir a violência e a discriminação.

É sempre importante lembrar que os desafios que enfrentamos no Brasil são proporcionais à extensão territorial do país. Não somos, todavia, apenas um país continental. Somos um país plural, temos 24 habitantes por quilômetro quadrado e uma enorme diversidade em todos os aspectos das nossas relações sociais. Não apenas respeitamos essa diversidade cultural, como nos orgulhamos dela. Isso não significa que não tenhamos muito a corrigir nas rotas e caminhos que vinham sendo trilhados pela nossa nação sob lideranças anteriores. Um dos nossos principais desafios é o de resolver os nossos problemas relacionados com a segurança pública, que tem impedido um maior florescimento das nossas famílias e de nossos grandes potenciais humanos. Sobre o tema, é com satisfação que anuncio que, nos primeiros seis meses do governo do presidente Jair Bolsonaro, já tivemos uma redução da ordem de 22% de mortes violentas, em comparação ao mesmo período do ano passado. É objetivo do nosso governo garantir que nossas famílias possam conduzir seus projetos de vida livres do fantasma da violência. Estamos no caminho!

Outra iniciativa que podemos destacar é a da criação de um Observatório da Família, que tem por finalidade coletar e compilar dados que nos permitam formular e executar, com base em evidências, sólidas políticas públicas para o enfrentamento dos problemas que afetam o bem-estar das famílias brasileiras.

Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças, respeitando sua integridade, tratando-as como crianças que são e dizendo um sonoro “NÃO” à ideologia de gênero. Trago, como exemplo, o nosso exitoso programa Criança Feliz, por meio do qual cerca de 18 mil profissionais têm visitado mais de seiscentas mil crianças de até seis anos por mês em 3700 municípios. A expectativa é de que, em breve, ultrapassemos a marca de duas milhões de crianças por mês, avaliando a situação delas no período da primeira infância, dando-lhes o devido encaminhamento nas áreas de nutrição, saúde e educação.

A Constituição brasileira defende a paternidade responsável, respeita a sexualidade humana e percebe a vida como uma riqueza. O governo do presidente Bolsonaro, por sua vez, defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. O Sistema Único de Saúde (SUS) dá acesso universal ao atendimento pré-natal, provê assistência durante o parto e acompanhamento posterior, inclusive fornecendo acesso gratuito a vacinas e medicamentos.

Também temos priorizado auxiliar os nossos profissionais a alcançar um equilíbrio saudável entre trabalho e família. Estamos em franca campanha de prevenção à automutilação e ao suicídio, mal que assola as famílias tanto no Brasil como no resto do mundo. Frise-se que nosso governo não busca interferir na família, mas protegê-la, assegurando sua autonomia e liberdade. Nesse quadro, buscamos promover uma política de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção, bem como prestar o necessário apoio às famílias uniparentais, geralmente chefiadas por mulheres, que são muito comuns no Brasil.

O intercâmbio de boas práticas entre os países participantes, propiciado pela organização do encontro, será certamente muito frutífera para todos. O Brasil está aberto a compartilhar suas diretrizes e políticas públicas e está bastante interessado em conhecer as experiências de todos.

Por fim, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para convidar todos os Estados aqui representados para juntar-se a nós na formação de um grupo de países amigos de família, para, no âmbito da Organização das Nações Unidas, defender e resgatar os valores que alguns setores tendem, muitas vezes, a ignorar.

Gostaria de agradecer ao governo da Hungria pelo convite e pela realização desse importante evento. Desejamos, igualmente, que as políticas públicas que têm implementado nos últimos anos tenham o êxito esperado pela população húngara.